

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

14 de setembro de 2021



A semana foi curta, mas intensa politicamente. Nos dias seguintes ao 7 de setembro, as instituições responderam aos atos e ao discurso do presidente da República. Enquanto o STF foi mais incisivo, argumentando em defesa da democracia tanto no Plenário como no Superior Tribunal Eleitoral, Lira falou em nome do Congresso em tom conciliatório. Já Pacheco, preferiu suspender as sessões do Senado Federal. No final de semana, o MBL convocou atos nas capitais, o que suscitou a polêmica dentro da esquerda de participar ou não de forma conjunta.

A situação se agravou e o Presidente convocou Temer para ajudar a lidar com a manifestação dos caminhoneiros na Esplanada e para lançar uma nota com discurso mais ameno. No entanto, não surpreendeu ninguém que nas suas lives nas redes sociais, o discurso continuasse o mesmo.

Enquanto isso, a crise econômica afeta toda a população. A fome e a miséria já são sentidas nas ruas de todo o país. Segundo o DIEESE, a cesta básica consome 65% do salário mínimo. O Brasil está ocupando o terceiro lugar no ranking de inflação na América Latina.

O julgamento sobre o marco temporal segue. A resistência das mulheres indígenas se expressou em uma linda Marcha em Brasília e continuam acampadas. O CFEMEA promoveu, junto com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), uma tenda de autocuidado e cuidado coletivo, um lugar de encontro e de acolhimento.

Na Câmara, os debates sobre as mudanças no Código Eleitoral continua, incluindo a questão de cotas. E um requerimento para a realização de uma audiência para discussão do Estatuto do Nascituro foi apresentado pelo deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), na CMULHER. Ainda não foi discutido, mas deve ter reação.

E ontem tivemos a triste notícia da morte da professora Lourdes Bandeira. Professora da UnB, Lourdes teve uma trajetória importante e imprescindível na luta feminista do país. Com toda certeza, entra para a história do feminismo brasileiro por ser uma mulher forte, que lutou ao lado das mulheres por direitos e vida digna de forma incansável e inspiradora. [Lourdes Bandeira, presente!](#)

EM PAUTA NA SEMANA DE 13 A 17 DE SETEMBRO

VOTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO ELEITORAL PROSSEGUIRÁ NESTA SEMANA

A discussão do Projeto de Lei Complementar 112/21 segue com a discussão dos destaques apresentados pelos partidos, na tentativa de mudar trechos do texto-base da relatora, deputada [Margarete Coelho \(PP-PI\)](#). O texto-base foi aprovado na sessão do Plenário no dia 9 de setembro por [378 votos a 80](#).

E junto, deve ter a discussão do [PL 1951/2021](#), do Senado Federal, que determina o percentual mínimo das candidaturas de cada sexo nas eleições. O PL estabelece também reserva de cadeiras para mulheres na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

Os deputados aprovaram uma emenda ao PLC 112/21, do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), para incluir os candidatos indígenas na contagem em dobro dos votos dados, a exemplo do que será garantido para mulheres e negros. Essa contagem influi na distribuição de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A contagem em dobro será uma única vez por pleito. Igual regra será aplicada na contagem de eleitos, pois esses são os dois critérios principais na repartição de recursos dos fundos.

A contagem em dobro valerá até que ocorra paridade política como ação afirmativa. Fica mantida ainda a cota mínima de 30% de cada sexo nas candidaturas lançadas pelos partidos.

COMISSÕES

Na Comissão de de Educação (CE) da Câmara, entrou em pauta o PL 557/2020, da deputada Tabata Amaral, sobre a **Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História nas escolas**. O parecer é pela aprovação.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), continua na pauta o PL 4550/1998, de quando Benedita da Silva era senadora. **Ele obriga as empresas que tenham pelo menos 30 trabalhadores a destinar local apropriado para os filhos dos empregados, durante o período de amamentação, até os seis anos de idade**. O parecer é pela aprovação.

Também está na pauta da Comissão o [PL 7109/2010](#), de Expedito Júnior, que "assegura à estudante grávida o regime de exercícios domiciliares e que permite a interrupção do estágio durante a gravidez. O parecer é pela aprovação com substitutivo.

Tem também o [PL 2113/2019](#), da deputada Laura Carneiro, sobre **cirurgia plástica reparadora de mama**.

E o [PL 9778/2018](#), do deputado Pompeo de Mattos, para **obrigar os aplicativos de relacionamento disponíveis no Brasil a realizarem ações virtuais e presenciais de promoção da saúde sexual e reprodutiva a combate ao preconceito e discriminação**. O relator é o deputado Diego Garcia, que é pela rejeição.

RESULTADOS DA AGENDA DA SEMANA

DE 6 a 10 DE SETEMBRO

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara foi aprovado o [PL 7004/2017](#), dos deputados Weliton Prado e Ricardo Izar. Ele quer efetivar ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama. A proposta é assegurar unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

- [MPV 1068/2021](#): de autoria do Poder Executivo. Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou, nesse domingo, que vai decidir, ainda esta semana, sobre a tramitação da MP que altera o Marco Civil da Internet e muda regras para exclusão de conteúdos de redes sociais.

- [PDL 612/2021](#): de autoria do deputado Felipe Barros (PR/PSL), susta a aplicação do disposto na Recomendação nº29 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que determina a execução de abortos via telessaúde/telemedicina.

- [PL 3112/2021](#): de autoria da deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES), altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino.

- [PL 3110/2021](#): de autoria de diversas deputadas, institui a Licença Parental.

- [PL 3109/2021](#): de autoria de Greyce Elias; Carmen Zanotto, e que Insere a atividade de profissionais especializados em ciências forenses no acolhimento as vítimas de violência sexual.

- [PL 3086/2021](#): de autoria da deputada Celina Leão (PP/DF) que dispõe sobre o atendimento das mulheres que utilizaram implantes do sistema Essure no âmbito do Sistema Único de Saúde.

VALE A PENA CONFERIR

Dados do IPAM mostram que nada menos do que 10 terras indígenas são ocupadas irregularmente na região amazônica

<https://www.generonumero.media/marco-temporal/>

Linguagem cristã é recurso na CPI da covid para defesa do tratamento precoce: Eduardo Girão (Podemos/CE), Marcos do Val (Podemos/ES) e Flávio Bolsonaro (Patriota/RJ) foram os políticos que mais usaram o discurso religioso cristão na defesa dos medicamentos.

<https://www.generonumero.media/mexico-avanca-na-descriminalizacao-do-aborto/>

O Brasil no Fogo Cruzado com Cecília Olliveira: O Pauta Pública conversa com a jornalista sobre segurança pública e os desdobramentos do sete de setembro.

<https://apublica.org/podcast/2021/09/podcast-pauta-publica/o-brasil-no-fogo-cruzado-com-cecilia-olliveira/>



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#) a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).